

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA REPRESSÃO DO CRIME ORGANIZADO NO PERU”

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominadas “Partes”),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas e reiteradas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, firmado em Brasília, em 08 de outubro de 1975;

Convencidos do desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Tendo em conta que a cooperação técnica na área da luta contra o crime organizado se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto “Capacitação técnica para repressão do crime organizado do Peru” (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é apoiar o fortalecimento institucional da Polícia Nacional do Peru nas áreas de repressão ao crime organizado, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, delitos cibernéticos, gestão de crises, controle de insumos químicos utilizados para a fabricação de drogas e tráfico de pessoas.
2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a serem alcançados no âmbito do presente Ajuste Complementar.
3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República do Peru designa:
 - a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
 - b) o Ministério do Interior do Peru como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.
2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:
 - a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
 - b) o Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Polícia Federal do Brasil, como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República do Peru cabe:
 - a) designar funcionários policiais para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
 - b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução no Peru das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
 - c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pela Parte brasileira, fornecendo todas as informações necessárias à execução do Projeto; e
 - d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.
2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:
 - a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Peru as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
 - b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades do Projeto no Brasil;
 - c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pela Parte peruana; e
 - d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.
3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado brasileiro nem do peruano ou qualquer outra atividade gravosa aos respectivos patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de outros recursos provenientes de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas à legislação em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.
2. Os documentos elaborados como resultado das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas Partes por via diplomática.

Artigo VIII

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes, por troca de Notas Diplomáticas. As emendas entrarão em vigor pelo mesmo procedimento estabelecido no Artigo XII.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após o recebimento da referida notificação. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar terá duração de dois (2) anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento de seus objetivos, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.

Artigo XI

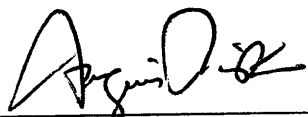
Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 8 de outubro de 1975.

Artigo XII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor a partir da data em que o Governo da República do Peru comunicar o Governo da República Federativa do Brasil, por via diplomática, do cumprimento dos requisitos exigidos por seu ordenamento jurídico interno, necessários para sua entrada em vigor.

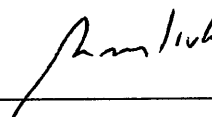
Feito em Brasília, em 31 de outubro de 2011, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**



Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PERU**



Rafael Roncagliolo
Ministro das Relações Exteriores do Peru

**ACUERDO COMPLEMENTARIO AL CONVENIO BÁSICO DE COOPERACIÓN
TÉCNICA Y CIENTÍFICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ PARA LA
IMPLEMENTACIÓN DEL “PROYECTO CAPACITACIÓN TÉCNICA PARA
REPRESIÓN DEL CRIMEN ORGANIZADO EN EL PERÚ”**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Perú
(en adelante denominados “las Partes”),

Considerando que las relaciones de cooperación técnica han sido fortalecidas y reafirmadas al amparo del Convenio Básico de Cooperación Técnica y Científica entre el Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, firmado en Brasilia, el 8 de octubre de 1975;

Convencidos del deseo común de promover la cooperación para el desarrollo; y

Teniendo en cuenta que la cooperación técnica en el área de lucha contra el crimen organizado reviste especial interés para las Partes,

Han acordado lo siguiente:

Artículo I

1. El presente Acuerdo Complementario tiene por objeto la implementación del Proyecto Capacitación Técnica para Represión del Crimen Organizado en el Perú (en adelante "Proyecto"), cuya finalidad es apoyar el fortalecimiento institucional de la Policía Nacional del Perú en áreas de represión del crimen organizado, lavado de dinero, tráfico de drogas, delitos cibernéticos, manejo de crisis, control de insumos químicos utilizados para la fabricación de drogas y tráfico de personas.

2. El Proyecto precisará los objetivos, las actividades y los resultados a ser alcanzados en el ámbito del presente Acuerdo Complementario.

3. El Proyecto será aprobado y firmado por las instituciones coordinadoras y ejecutoras.

Artículo II

1. El Gobierno de la República del Perú designa a:
- a) La Agencia Peruana de Cooperación Internacional (APCI) como institución responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario; y,
 - b) El Ministerio del Interior del Perú como institución responsable de la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.
2. El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa a:
- a) La Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como institución responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario; y
 - b) El Ministerio de Justicia del Brasil por intermedio del Departamento de la Policía Federal como institución responsable de la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

Artículo III

1. Corresponde al Gobierno de la República del Perú:
- a) Nombrar a los funcionarios policiales que desarrollarán en Brasil las actividades de cooperación técnica en el marco del Proyecto;
 - b) Proporcionar las instalaciones e infraestructura adecuadas para la ejecución en el Perú de las actividades de cooperación técnica previstas en el Proyecto;
 - c) Prestar apoyo operativo a los técnicos enviados por la Parte brasileña, proporcionando toda la información necesaria para implementar el Proyecto, y
 - d) Realizar el seguimiento y evaluación del desarrollo del Proyecto.
2. Corresponde al Gobierno de la República Federativa de Brasil:
- a) Nombrar y enviar técnicos para desarrollar en el Perú las actividades de cooperación técnica en el marco del Proyecto;
 - b) Proporcionar las instalaciones e infraestructura adecuada para la ejecución de las actividades del Proyecto en el Brasil;
 - c) Prestar apoyo operativo a los técnicos enviados por la Parte peruana, y
 - d) Realizar el seguimiento y evaluación del desarrollo del Proyecto.

3. El presente Acuerdo Complementario no implica ningún compromiso de transferencia de recursos financieros tanto del Estado peruano como del Estado brasileño o cualquier otra actividad que comprometa al patrimonio nacional respectivo.

Artículo IV

Para la ejecución de las actividades previstas en el Proyecto, las Partes podrán utilizar otros recursos provenientes de instituciones públicas y privadas, organizaciones no gubernamentales, organismos internacionales, agencias de cooperación técnica, fondos y programas regionales e internacionales, que deberán estar contemplados en otros instrumentos distintos al presente Acuerdo Complementario.

Artículo V

Todas las actividades mencionadas en el presente Acuerdo Complementario estarán sujetas a las leyes y a los reglamentos vigentes en la República del Perú y en la República Federativa del Brasil.

Artículo VI

1. Las instituciones ejecutoras mencionadas en el Artículo II elaborarán informes sobre los resultados alcanzados en el Proyecto desarrollado en el ámbito de este Acuerdo Complementario, los cuales serán presentados a las instituciones coordinadoras.

2. Los documentos elaborados como resultado de las actividades desarrolladas en el contexto del Proyecto a que se refiere el presente Acuerdo Complementario, serán de propiedad conjunta de las Partes. En caso de publicación de los referidos documentos, las Partes deberán ser previa y formalmente consultadas y mencionadas en el documento publicado.

Artículo VII

Cualquier controversia que surja en la interpretación y/o ejecución del presente Acuerdo Complementario será resuelta por las Partes mediante la vía diplomática.

Artículo VIII

El presente Acuerdo Complementario podrá ser enmendado de común acuerdo entre las Partes, por canje de Notas Diplomáticas. Las enmiendas entrarán en vigor por el mismo procedimiento establecido en el Artículo XII.

Artículo IX

Cualquiera de las Partes podrá notificar por la vía diplomática en cualquier momento, su decisión de denunciar el presente Acuerdo Complementario. La denuncia surtirá efecto tres (3) meses después de la fecha de recepción de la referida notificación. Las Partes decidirán sobre la continuidad de las actividades que se encuentren en ejecución.

Artículo X

El presente Acuerdo Complementario permanecerá vigente por un periodo de dos (2) años, renovables automáticamente, hasta el cumplimiento de sus objetivos, salvo manifestación contraria de cualquiera de las Partes.

Artículo XI

Para los asuntos no previstos en el presente Acuerdo Complementario, se aplicarán las disposiciones del Convenio Básico de Cooperación Técnica y Científica entre el Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, firmado en Brasilia, el 8 de octubre de 1975.

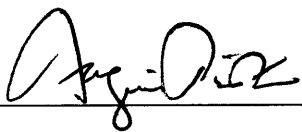
Artículo XII

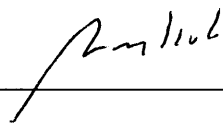
El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor a partir de la fecha en que el Gobierno de la República del Perú comunique al Gobierno de la República Federativa del Brasil, a través de la vía diplomática, el cumplimiento de los requisitos exigidos por su ordenamiento jurídico interno, para tal efecto.

Suscrito en Brasilia, el 31 de octubre de 2011, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y castellano, siendo ambos textos igualmente auténticos y válidos.

**POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL**

**POR EL GOBIERNO DE LA
REPÚBLICA DEL PERÚ**





(

(

(